



Governo do Estado de Pernambuco
Secretaria de Educação
Conselho Estadual de Educação

INTERESSADA: AUTARQUIA EDUCACIONAL DE SALGUEIRO-AEDS/
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DO SERTÃO
CENTRAL – FACHUSC
ASSUNTO: RECONHECIMENTO DO CURSO DE BACHARELADO EM
DIREITO COM ALTERAÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR
RELATOR: CONSELHEIRO JOSÉ AMARO BARBOSA DA SILVA
PROCESSO Nº 074/2016

*Publicado no DOE de 23/07/2016 pela Portaria
SEE nº 3469/2016, de 22/07/2016.*

PARECER CEE/PE Nº 076/2016-CES

APROVADO PELO PLENÁRIO EM 11/07/2016

I – RELATÓRIO:

A Autarquia Educacional de Salgueiro - AEDS - instituição mantenedora da Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central – FACHUSC protocolou em 26 de abril de 2016, o ofício de nº 039/2016, datado de 15 de abril de 2016, solicitando reconhecimento do Curso de Bacharelado em Direito, juntamente com os documentos exigidos pela Resolução CEE/PE nº 01 de 12 de abril de 2004, listados a seguir:

- Ofício nº 039/2016, datado de 15 de abril de 2016, da presidenta da AEDS;
- Atos de criação da mantenedora e suas reformas;
- Estatuto da mantenedora;
- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica- CNPJ;
- Certidões Negativa de Débitos para com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- Indicação de eventuais Cursos e Programas em funcionamento;
- Regimento da instituição mantida;
- Identificação dos dirigentes das Instituições mantenedora e mantida;
- Projeto Pedagógico Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito;
- Lei Municipal nº 1.222/97 que instituiu o Plano de Cargos, Salários e Carreiras do Pessoal do quadro da AEDS;
- Lei Municipal nº 1.533/2006 que institui o Programa de Formação Profissional dos Servidores do Sistema Municipal de Educação e dá outras providências;
- Relatório descritivo do cumprimento e da evolução do Projeto autorizado e da Política de Qualificação Docente;
- Portaria CEE/PE nº 14/2016, do presidente do CEE que designa Comissão de Verificação das condições da FACHUSC, para a oferta do curso de Bacharelado em Direito, a ser reconhecido;
- Relatório de Verificação da Comissão designada.

II – ANÁLISE:

Para proceder à presente análise, esta relatoria tomou como referências normativas obrigatórias, a Resolução CNE/CES nº 09/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, Bacharelado, a serem observadas pelas IES; a Resolução CNE/CES nº 02/2007, que dispõe sobre a carga horária mínima e estabelece procedimentos relativos à integralização e à duração dos cursos de graduação, bacharelado, na modalidade presencial; a Resolução CEE/PE nº 01/2004, que regula, entre outros, o reconhecimento de cursos de graduação; o relatório apresentado pela Comissão formada por Simone Santos Neves e José Ricardo Dias Diniz, como Especialistas e José Amaro Barbosa da Silva, como representante deste Conselho, bem como a documentação apresentada pela IES constante do processo.

A seguir, trechos na íntegra do relatório elaborado pela Comissão de Verificação:

1. *Breve Histórico da IES*

A Autarquia Educacional de Salgueiro - AEDS encontra-se há mais de 20 anos atuando na área da educação. Em todos esses anos a AEDS, através da FACHUSC, dedicou-se exclusivamente à formação de professores. Atualmente, a FACHUSC oferece 410 vagas anuais, distribuídas pelos cursos de Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Letras, Habilitação Português-Inglês, Licenciatura em História, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Geografia. Observa-se que o grande número de egressos do ensino médio, residente na cidade de Salgueiro e em seu entorno, evidencia desejo de seguir a carreira jurídica, o que impele a FACHUSC a apresentar a oferta do Curso de Bacharelado em Direito, pois, embora existam cursos de Direito no interior pernambucano, todas essas oportunidades estão localizadas a distâncias superiores a 100 km.

Justificativa para a Existência do Curso - Mesmo havendo na atualidade um grande número de cursos jurídicos no Brasil, esse excesso de oferta encontra-se restrito às grandes regiões metropolitanas, a exemplo da RMR, que sedia 20 instituições ofertantes do Curso de Direito, ou seja, sedia 60,66% das instituições existentes no Estado de Pernambuco. Essas instituições, juntas, oferecem mais de 80% das vagas hoje existentes no Estado para este Curso. Ademais, o exagero de oferta de vagas no curso de direito é característica do setor privado, diferentemente do curso, ora proposto, que integra um projeto político estratégico de desenvolvimento regional e visa a atender a uma demanda de educação pública. A condição de autarquia municipal impõe o cuidado em evitar a sobreposição de esforços na oferta de cursos. Deve-se ressaltar que as pouquíssimas instituições com natureza jurídica idêntica à AEDS/FACHUSC existentes em Pernambuco e que oferecem cursos jurídicos têm obtido regularmente excelentes resultados nos exames oficiais e na OAB. Destaque-se, ainda, que as instituições que oferecem cursos jurídicos mais próximos de Salgueiro, além de se encontrarem a mais de 100 km de distância, são privadas. A instituição pública mais próxima está em Araripina, distante cerca de 200 km de Salgueiro.

2. *Projeto Político Pedagógico*

O Contexto Educacional contido no Projeto Político Pedagógico da IES contempla as demandas efetivas de natureza econômica, social e política, objetivando contribuir “para ampliação da cultura jurídica regional, despertando na população, de modo geral, uma consciência jurídica que a conduza para o pleno exercício da cidadania”.

As políticas institucionais de ensino, de pesquisa e de extensão foram adequadamente vivenciadas nesses primeiros anos do Curso de Bacharelado em Direito, estando em processo de

crescimento. Há, também, expressa parceria entre a IES, a comunidade, a OAB, escritórios de advocacia e Fóruns. A IES instituiu três grupos de pesquisa e um periódico em fase de implantação, assim como, desenvolveu ações que visaram à integração da comunidade acadêmica com o seu entorno, através de eventos especiais, como as I e II Semana de Estudos Jurídicos Interdisciplinares e I e II Semana de Integração, bem como foram implantados programas de apoio à comunidade carcerária e projetos permanentes, dentre eles: Cine Jurídico e Cine no Cárcere; Projeto Cidadania Ativa, Orientação Jurídica e Assistência Judiciária realizado no Núcleo de Prática Jurídica – NPJ e a participação ativa dos estudantes nos eventos e cursos promovidos pela Ordem dos Advogados do Brasil/OAB.

Os Objetivos do curso são afins à legislação, apresentam coerência, com os aspectos: perfil profissional do egresso e estrutura curricular.

O perfil do profissional expressa as competências do egresso, "profissional ético com formação humanística e axiológica, conhecedor e crítico do direito estatal e da dogmática jurídica, apto à formação continuada e autônoma e, sobretudo, comprometido com a promoção da justiça e da dignidade humana".

A estrutura curricular atualmente em execução expressa bem a integralização da carga horária, prevê aulas com conteúdos bem definidos, metodologia comprometida com a interdisciplinaridade, contemplando os aspectos da flexibilidade, compatibilidade da carga horária total (em horas) e articulação da teoria com a prática, estando organizada em quatro eixos que orientam a distribuição dos conteúdos e atividades, de acordo com o papel que desempenham na formação do aluno. São eles: eixo de formação fundamental, eixo de formação profissional, eixo de formação prática e eixo de formação eletiva.

No entanto, visando ao perfil do egresso pretendido pela IES para o Curso e a partir de observações do NDE, do corpo docente e do corpo discente, a FACHUSC propôs uma nova **alteração na matriz curricular**, constante às fls.213/215.

Entende esta Comissão que a solicitação visou à melhor estruturação do curso de forma a garantir uma adequada vivência da interdisciplinaridade, não alterando a carga horária total do curso, nem desconfigurando a proposta, restringindo-se basicamente à alteração de disciplinas de um período para outro(...).

Os conteúdos curriculares possibilitam o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando a atualização, adequação das cargas horárias (em horas) e adequação da bibliografia.

O estágio curricular supervisionado em execução está regulamentado de maneira suficiente, considerando os seguintes aspectos: carga horária, supervisão, coordenação e formação prática onde os alunos recebem diariamente pessoas da comunidade no Núcleo de Prática Jurídica para oferecerem consultoria jurídica e assistência judiciária, orientados diretamente por advogados.

As atividades complementares estão bem regulamentadas, considerando a carga horária, diversidade de atividades e formas de aproveitamento.

O número de vagas autorizadas corresponde à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura da IES.

O curso terá uma carga horária total de 3.600h. A integralização se dará, no mínimo, em dez semestres.

O projeto pedagógico está em consonância com a Resolução nº 09/2004 do CNE/CES.

MATRIZ CURRICULAR VIVENCIADA

CÓD.	1º PERÍODO	CH	CRED..	PRÉ-REQ.	EIXO DE FORMAÇÃO
CPeTGE	Ciência Política e Teoria Geral do Estado	6	04	-	Fundamental
FGJ	Introdução à Filosofia e Filosofia do Direito	6	04	-	Fundamental
SOCD	Fundamentos Socioantropológicos do Direito	6	04	-	Fundamental
IED	Introdução ao Estudo do Direito	6	04	-	Fundamental
PT	Produção Textual	6	04	-	Fundamental
Total		300	20		

AC1 Atividades Complementares 25h

CÓD.	2º PERÍODO	CH	CRED..	PRÉ-REQ.	EIXO DE FORMAÇÃO
FE	Fundamentos de Economia	30	02		Fundamental
MTC	Metodologia do Trabalho Científico	60	04		Fundamental
DCO1	Direito Constitucional I	60	04	IED	Profissional
HJ	Hermenêutica Jurídica	30	02		Fundamental
DC1	Direito Civil I (Teoria Geral)	60	04	IED	Profissional
DP1	Direito Penal I	60	04	IED	Profissional
Total		300	20		

AC2 Atividades Complementares 25h

CÓD.	3º PERÍODO	CH	CRED..	PRÉ-REQ.	EIXO DE FORMAÇÃO
HD	História do Direito	3	02		Fundamental
DP2	Direito Penal II	6	04	DP1	Profissional
DC2	Direito Civil II (Obrigações)	6	04	DC1	Profissional
DH	Direitos Humanos	3	02	DCO1	Fundamental
DCO2	Direito Constitucional II	6	04	DCO1	Profissional
DPC1	Direito Processual Civil I (Teoria Geral)	6	04	IED	Fundamental
Total		300	20		

AC3 Atividades Complementares 25h

CÓD.	4º PERÍODO	CH	CRED..	PRÉ-REQ.	EIXO DE FORMAÇÃO
DP3	Direito Penal III	6	04	DP1	Profissional
DC3	Direito Civil III (Teoria Geral dos Contratos)	6	04	DC2	Profissional
DPC2	Direito Processual Civil II	6	04	DPC1	Profissional
CRI	Criminologia	6	04	DP1	Fundamental
DCO3	Direito Constitucional III	6	04	DCO1	Profissional
Total		300	20		

C4 Atividades Complementares 25h

CÓD.	5º PERÍODO	CH	CRED..	PRÉ-REQ.	EIXO DE FORMAÇÃO
BD	Biodireito	3	02	-	Fundamental
DC4	Direito Civil IV (Contratos em Espécie)	6	04	DC3	Profissional
DPC3	Direito Processual Civil III	6	04	DPC2	Profissional
DEP1	Direito Empresarial I	6	04	DC1	Profissional
PJ	Psicologia Jurídica	3	02	-	Fundamental
DP4	Direito Penal IV	6	04	DP1	Profissional
Total		300	20		

AC5 Atividades Complementares 25h

CÓD.	6º PERÍODO	CH	CRED.	PRÉ-REQ.	EIXO DE FORMAÇÃO
DC5	Direito Civil V (Reais)	60	04	DC2	Profissional
DPC4	Direito Processual Civil IV	60	04	DPC3	Profissional
DE2	Direito Empresarial II	30	02	DE1	Profissional
DPP1	Direito Processual Penal I	60	04	DPC1/DP1	Profissional
DT1	Direito do Trabalho I	60	04	DC3	Profissional
ES1	Estágio Supervisionado I	30/60	02/04	DPC2	Prática
Total		36	24		

AC6 Atividades Complementares 25h

CÓD.	7º PERÍODO	CH	CRED	PRÉ-REQ.	EIXO DE FORMAÇÃO
DE3	Direito Empresarial III – Títulos de Crédito	30	02	DE2	Profissional
DC6	Direito Civil VI (Famílias)	60	04	DC3	Profissional
DPC5	Direito Processual Civil V	60	04	DPC4	Profissional
DT2	Direito do Trabalho II	60	04	DT1	Profissional
DPP2	Direito Processual Penal II	60	04	DPP1	Profissional
ES2	Estágio Supervisionado II	30/60	02/04	ES1	Prática
Total		360	24		

AC7 Atividades Complementares 25h

CÓD.	8º PERÍODO	CH	CRÉD	PRÉ- REQ.	EIXO DE FORMAÇÃO
DAI	Direito Administrativo I	60	04	DCOIII	Profissional
DC7	Direito Civil VII (Sucessões)	60	04	DC3	Profissional
DPT	Direito Processual Trabalhista	60	04	TGP/DC1	Profissional
DIPU	Direito Internacional Público	60	04	DCO2I	Profissional
TCC1	TCC I (Elaboração de Projeto)	30/30	02/02	-	Prática
ES3	Estágio Supervisionado III	30/60	02/04	DPP2	Prática
Total		390	26		

AC8 Atividades Complementares 25h

CÓD.	9º PERÍODO	CH	CRÉD	PRÉ- REQ.	EIXO DE FORMAÇÃO
DA2	Direito Administrativo II	60	04	DA1	Profissional
DE4	Direito Empresarial IV	60	04	DC3	Profissional
DT1	Direito Tributário I	60	04	DCO2	Profissional
DC8	Direito Civil VIII (Responsabilidade Civil)	30	02	DC3	Profissional
DIP	Direito Internacional Privado	30	02	DCO2	Profissional
TCC2	TCC II (Orientação)	30/60	02/04	TCC1	Prática
ES4	Estágio Supervisionado IV	30/90	02/06	ES 3	Prática
Total		450	30		

AC9 Atividades Complementares 25h

CÓD	10º PERÍODO	CH	CRÉD	PRÉ- REQ.	EIXO DE FORMAÇÃO
DT2	Direito Tributário II	60	04	DT1	Profissional
ELP	Ética e Legislação Profissional	30	02	-	Profissional
DRC	Direito das Relações de Consumo	30	02	DC3	Profissional
DP	Direito Previdenciário	60	04	DCO2	Profissional
ML	Medicina Legal	60	04	-	Fundamental
	ELETIVA	30	02		Profissional
ES5	Estágio Supervisionado V	30/90	02/06	DPT	Prática
Total		390	26		

AC10 Atividades Complementares 25h

ROL DE DISCIPLINAS ELETIVAS

CÓD.	DISCIPLINA	C/H	CRÉD	PRÉ-REQ.
LI	LIBRAS	3	0	
DEd	Direito Educacional	3	0	
DE	Direito Eleitoral	3	0	
DM	Direito Municipal	3	0	
DCA	Direito da Criança e do Adolescente	3	0	DCO2
DAg	Direito Agrário	3	0	-
DPE	Direito Penal Econômico	3	0	

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA POR EIXO

EIXO DE FORMAÇÃO	C/H
FUNDAMENTAL	7
PROFISSIONAL	2
PRÁTICO (Prática Simulada, TCC, Estágios e Atividades Complementares).	9
TOTAL	3

MATRIZ CURRICULAR PROPOSTA

CÓD.	1º PERÍODO	C/H	CRÉD.	PRÉ-REQ	EIXO DE FORMAÇÃO
CP e TGE	Ciência Política e Teoria Geral do Estado	60	04	-	Fundamental
FGJ	Introdução à Filosofia e Filosofia do Direito	60	04	-	Fundamental
SOCD	Fundamentos Socioantropológicos do Direito	60	04	-	Fundamental
IED	Introdução ao Estudo do Direito	60	04	-	Fundamental
PT	Produção Textual	60	04	-	Fundamental
Total		300	20		

AC1 Atividades Complementares 25h

CÓD.	2º PERÍODO	C/H	CRÉD.	PRÉ-REQ	EIXO DE FORMAÇÃO
HD	História do Direito	30	02		Fundamental
FE	Fundamentos de Economia	30	02		Fundamental
MTC	Metodologia do Trabalho Científico	30	02		Fundamental
DCO1	Direito Constitucional I	60	04	IED	Profissional
DC1	Direito Civil I (Teoria geral)	60	04	IED	Profissional
DP1	Direito Penal I	60	04	IED	Profissional
PJ	Psicologia Jurídica	30	02		Fundamental
Total		300	20		

AC2 Atividades Complementares 25h

CÓD.	3º PERÍODO	C/H	CRÉD.	PRÉ-REQ	EIXO DE FORMAÇÃO
HJ	Hermenêutica Jurídica	60	04	IED	Fundamental
DP2	Direito Penal II	60	04	DP1	Profissional
DC2	Direito Civil II (Obrigações)	60	04	DC1	Profissional
DCO2	Direito Constitucional II	60	04	DCO1	Profissional
DPC1	Direito Processual Civil I (Teoria Geral)	60	04	IED	Fundamental
Total		300	20		

AC3 Atividades Complementares 25h

CÓD.	4º PERÍODO	C/H	CRÉD.	PRÉ-REQ	EIXO DE FORMAÇÃO
DP3	Direito Penal III	60	04	DP1	Profissional
DC3	Direito Civil III (Contratos)	60	04	DC 2	Profissional
DPC2	Direito Processual Civil II	60	04	DPC1	Profissional
CRI	Criminologia	60	04	DP1	Fundamental
DCO3	Direito Constitucional III	60	04	DCO1	Profissional
Total		300	20		

AC4 Atividades Complementares 25h

COD.	5º PERÍODO	C/H	CRÉD.	PRÉ-REQ	EIXO DE FORMAÇÃO
DRC	Direito das Relações de Consumo	30	02	DC3	Profissional
DC4	Direito Civil IV (Responsabilidade Civil)	30	02	DC3	Profissional
DH	Direitos Humanos e Movimentos Sociais	60	04		Fundamental
DPC3	Direito Processual Civil III	60	04	DPC2	Profissional
DCO4	Direito Constitucional IV	60	04	DCO1	Profissional
DP4	Direito Penal III	60	04	DP1	Profissional
Total		300	20		

AC5 Atividades Complementares 25h

COD.	6º PERÍODO	C/H	CRÉD.	PRÉ-REQ	EIXO DE FORMAÇÃO
DC5	Direito Civil V (Reais)	60	04	DC3	Profissional
DPC4	Direito Processual Civil IV	60	04	DPC3	Profissional
DEP1	Direito Empresarial I	60	04	DC1	Profissional
DPP1	Direito Processual Penal I	60	04	DP1	Profissional
DT1	Direito do Trabalho I	60	04	DC1	Profissional
ES1	Estágio Supervisionado I (Área Cível)	30/60	02/04	DPC1/DC1/ DP1	Prática
Total		390	26		

AC6 Atividades Complementares 25h

COD.	7º PERÍODO	C/H	CRÉD.	PRÉ-REQ	EIXO DE FORMAÇÃO
DE2	Direito Empresarial II (Títulos de Crédito e Contratos Empresariais)	60	04	DE1	Profissional
DC6	Direito Civil VI (Famílias)	60	04	DC2	Profissional
DPC5	Direito Processual Civil V	60	04	DPC4	Profissional
DT2	Direito do Trabalho II	60	04	DT1	Profissional
DPP2	Direito Processual Penal II	60	04	DPP1	Profissional
ES2	Estágio Supervisionado II (Área Cível)	30/60	02/04	ES1	Prática
Total		390	26		

AC7 Atividades Complementares 25h

COD.	8º PERÍODO	C/H	CRÉD.	PRÉ REQ.	EIXO DE FORMAÇÃO
DPP3	Direito Processual Penal III	60	04	DPP1	Profissional
DC7	Direito Civil VII (Sucessões)	60	04	DC3	Profissional
DIPu	Direito Internacional Público	60	04	DCO2 e DH	Profissional
DE3	Direito Empresarial III (Direito Falimentar)	30	02	DE2	Profissional
DPT	Direito Processual Trabalhista	60	04	DPC2/DT1	Profissional
TCC1	TCC I (Elaboração de Projeto)	30/30	02/02	MTC	Prática
ES3	Estágio Supervisionado III (Área Penal)	30/60	02/04		Prática
Total		420	28		

AC8 Atividades Complementares 25h

COD.	9º PERÍODO	C/H	CRÉD.	PRÉ REQ.	EIXO DE FORMAÇÃO
DA1	Direito Administrativo I	60	04	DCO2	Profissional
DT1	Direito Tributário I	60	04	DCO2	Profissional
LPE	Legislação Penal Especial	60	04	DP1	Profissional
DIP	Direito Internacional Privado	30	02	DC5 e DIP	Profissional
DAM	Direito Ambiental	60	04	DIP	Profissional
TCC2	TCC II (Orientação)	30/60	02/04	TCC1	Prática
ES4	Estágio Supervisionado IV (Área Penal)	30/90	02/06	DPP3	Prática
Total		480	32		

AC9 Atividades Complementares 25h

COD.	10º PERÍODO	C/H	CRÉD.	PRÉ-REQ	EIXO DE FORMAÇÃO
DA2	Direito Administrativo II	60	04	DA1	Profissional
DSS	Direito da Seguridade Social	60	04	DCO2	Profissional
DT2	Direito Tributário II	60	04	DT1	Profissional
BD	Biodireito	60	04	-	Fundamental
ELP	Ética e Legislação Profissional	30	02	-	Profissional
	ELETIVA	30	02	-	Profissional
ES5	Estágio Supervisionado V (Área Trabalhista)	30/90	02/06	DPT	Prática
Total		420	28		

AC10 Atividades Complementares 25h

ROL DE DISCIPLINAS ELETIVAS

CÓD.	DISCIPLINA	C/H	CRÉD.	PRÉ-REQ.
LI	LIBRAS	30	02	
ML	Medicina Legal	30	02	
DM	Direito Municipal	30	02	
DE	Direito Eleitoral	30	02	
DEd	Direito Educacional	30	02	
PAD	Processo Administrativo	30	02	
DCA	Direito da Criança e do Adolescente	30	02	DCO2
MA	Mediação e Arbitragem	30	02	
DAg	Direito Agrário	30	02	-
DDI	Direito Imobiliário	30	02	

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA POR EIXO

EIXO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
FUNDAMENTAL	720
PROFISSIONAL	2.190
PRÁTICO (Prática Simulada, TCC, Estágio e Atividades Complementares)	660
ELETIVA	30
TOTAL	3.600

3. Corpo docente

Os docentes do curso com titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* é de 84,2%, superando o critério estabelecido pelo Ministério da Educação – MEC. Há adequação entre a formação dos docentes e as disciplinas ministradas.

A coordenação do curso é exercida pela Professora Regina Célia Lopes Lustosa Roriz, bacharel em Direito, licenciada em Letras, Mestra em Direito pela UFPE e Especialista em Língua Portuguesa, com mais de 10(dez) anos de experiência no Ensino Superior.

O Núcleo Docente Estruturante atende aos aspectos: concepção, acompanhamento, consolidação e avaliação do PPC, estando comprometidos diretamente com o desenvolvimento e administração do curso. O percentual de professores do NDE, em relação ao corpo docente, é de 25%, todos têm formação em direito e pós-graduação *stricto sensu*, obtidos em programas reconhecidos pela CAPES.

4. Infraestrutura

Entende-se que a IES oferece uma infraestrutura que favorece o bom andamento das atividades pedagógicas, composta por:

Salas de aula climatizadas, amplas, com iluminação e mobiliário adequados; sala de professores, ampla e climatizada, com computadores e acesso à internet; sala para coordenação do curso climatizada e equipada com infraestrutura de informática e com condições de atender aos alunos e reuniões do Núcleo Docente Estruturante - NDE. Existindo ainda as salas da secretaria e da tesouraria.

Núcleo de Prática Jurídica/NPJ - instalado em um prédio com salas para os advogados/orientadores e estagiários, sala para o PROCON, em ambientes climatizados e mobiliados de forma adequada.

Biblioteca: instalada em um espaço amplo e adequado a estudo de grupo e individual, utiliza o programa Acadweb, que proporciona consulta ao acervo por título, assunto e autor e acesso à internet. Seu acervo é de aproximadamente 500 títulos e 2.500 exemplares de livros, além de periódicos e revistas científicas.

Laboratório de informática com 20 computadores, sala de videoconferência para 48 pessoas, cantina, reprografia e áreas de conveniência.

Considerações Finais da Comissão de Verificação

Ante todo o exposto, esta comissão opina no sentido de reconhecer o Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central /FACHUSC, com funcionamento autorizado através do Parecer CEE/PE Nº 187/2011- CES, como também de aprovar a alteração da Matriz Curricular, por apresentar consistência marcada pela incorporação dos critérios e padrões exigidos pelo CNE, estando o projeto adequadamente apresentado.

III – VOTO:

Em face do exposto e analisado, e considerando o relatório da Comissão de Avaliação, somos de parecer favorável ao reconhecimento do Curso de Bacharelado em Direito, ofertado pela Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central – FACHUSC, mantida pela Autarquia Educacional de Salgueiro - AEDS, localizada na Rua Antonio Figueira Sampaio 134, Centro, CEP 56000-000, Salgueiro - PE, com 02 turmas anuais de 50 alunos cada uma, funcionamento em horário noturno e com aprovação da alteração na Matriz Curricular pelo prazo de 5 anos.

É o voto.

Dê-se ciência à instituição.

IV - CONCLUSÃO DA CÂMARA:

A Câmara de Educação Superior acompanha o Voto do Relator e encaminha o presente Parecer à apreciação do Plenário.

Sala das Sessões, em 06 de julho de 2016.

PAULO FERNANDO DUTRA – Presidente

JOSÉ AMARO BARBOSA DA SILVA – Relator

ARTHUR RIBEIRO DE SENNA FILHO

TERCINA MARIA LUSTOSA BARROS BEZERRA

NELLY MEDEIROS DE CARVALHO

V - DECISÃO DO PLENÁRIO:

O presente Parecer foi aprovado pelo Pleno do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco por 11 votos dos 12 Conselheiros presentes, com a abstenção do Conselheiro Arthur Ribeiro de Senna Filho.

Sala das Sessões Plenárias, em 11 de Julho de 2016.

Ricardo Chaves Lima
Presidente